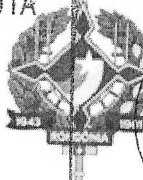


LIDO, AUTUE-SE E
INCLUA EM PAUTA

19 AGO 2025



AO EXPEDIENTE

Em: 19/08/2025

Presidente

Projeto de Lei nº. 998/25

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

19 AGO 2025

Protocolo: 1080/25

RONDÔNIA

Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 184, DE 19 DE AGOSTO DE 2025.

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

16h20 min

19 AGO 2025

Elaineide Lopes
Servidor (nome legível)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa ínclita Assembleia Legislativa, nos termos do art. 65, *caput*, inciso III, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e a abrir crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Polícia Civil - PC, até o valor de R\$ 8.000.000,00.", no orçamento-programa do estado de Rondônia, para o exercício de 2025.

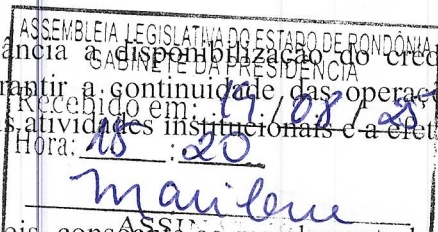
Nobres Parlamentares, a mencionada proposta justifica-se pela necessidade de realocar crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), proveniente da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, o qual será redirecionado para dar cobertura orçamentária à Polícia Civil do Estado de Rondônia, com o objetivo de garantir a manutenção de serviços essenciais e evitar a interrupção de atividades estratégicas, tais como: aquisição de combustíveis e lubrificantes para a frota de viaturas operacionais e administrativas, diárias para deslocamentos em missões policiais e diligências investigativas, serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, necessários à manutenção de sistemas corporativos, segurança de dados e suporte técnico, serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), incluindo vigilância, limpeza, manutenção predial, apoio administrativo e operacional; e aquisição de materiais de consumo, como insumos de escritório, expediente, manutenção de equipamentos e apoio logístico, conforme exposto no Ofício nº 15915/2025/PC-DOF, de 11 de agosto de 2025.

A Polícia Civil desempenha papel essencial na segurança pública, atuando na investigação criminal, prevenção e repressão a crimes, garantindo a manutenção da ordem e proteção da sociedade. Contudo, a crescente demanda pelos serviços prestados, aliada à limitação dos recursos financeiros alocados no orçamento vigente, tem comprometido a plena execução das atividades institucionais.

Nesse sentido, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada para a elaboração do Planejamento Estratégico da Polícia Civil. A implementação desse planejamento visa aprimorar a gestão institucional, otimizar os recursos disponíveis e garantir maior eficiência na execução das atividades policiais. Além disso, a formalização de um planejamento estratégico estruturado permitirá a definição de metas e indicadores de desempenho alinhados às melhores práticas de governança, contribuindo para a modernização da instituição e para melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Diante do exposto, ressalto que é de extrema importância a disponibilização do crédito orçamentário para a unidade gestora, a fim de que seja possível garantir a continuidade das operações essenciais da Polícia Civil, assegurando o pleno funcionamento das suas atividades institucionais e a efetiva prestação dos serviços públicos à população.

Assim sendo, busco o apoio dessa respeitável Casa de Leis, consoante ao mandamento legal



AO DEPARTAMENTO
LEGISLATIVO

19/10/2018


Carlos Alberto M. Manvailer
Secretário Legislativo

disposto no art. 43, *caput*, § 1º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, tendo em vista a necessidade de reforço ao orçamento estadual, para o exercício, com recurso até o valor citado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 19/08/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0063375809** e o código CRC **1BCB81FB**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0035.003947/2025-31

SEI nº 0063375809



RONDÔNIA

Governo do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA - CASA CIVIL
PROJETO DE LEI DE 19 DE AGOSTO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e a abrir crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Polícia Civil do Estado de Rondônia, até o valor de R\$ 8.000.000,00.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, para dar cobertura orçamentária à despesa corrente, no presente exercício, a serem alocadas conforme Anexo I.

Parágrafo único. O superávit financeiro indicado no *caput* é proveniente de reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2024, apurado no balanço patrimonial, nas conciliações e extratos das contas bancárias específicas.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), em favor da unidade orçamentária Polícia Civil do Estado de Rondônia, para dar cobertura orçamentária às despesas correntes, no presente exercício, a serem alocadas conforme o Anexo III.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentária, indicadas no Anexo II e nos valores especificados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO
SUPLEMENTA**

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
--------	---------------	---------	------------------	-------

	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN			8.000.000,00
14.001.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339039	2.501.0	966.810,09
		339039	2.502.0	6.580.667,46
		339039	2.709.0	452.522,45
			TOTAL	R\$ 8.000.000,00

ANEXO II



CRÉDITO POR ANULAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN			8.000.000,00
14.001.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339039	2.501.0	966.810,09
		339039	2.502.0	6.580.667,46
		339039	2.709.0	452.522,45
			TOTAL	R\$ 8.000.000,00

ANEXO III

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO

SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA			8.000.000,00
15.003.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339030	2.502.0	2.172.000,00
		339033	2.502.0	49.000,00
		339036	2.502.0	400.000,00
		339037	2.502.0	100.668,00
		339039	2.502.0	2.770.000,00

		339040	2.502.0	135.000,00
		339092	2.502.0	305.999,46
		339147	2.502.0	20.000,00
		339037	2.501.0	966.810,09
		339037	2.709.0	452.522,45
15.003.06.122.1015.4103	MANTER A MÃO DE OBRA REEDUCANDA	339036	2.502.0	35.000,00
		339039	2.502.0	20.000,00
15.003.06.183.2166.2269	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA UNIDADE	339014	2.502.0	450.000,00
		339040	2.502.0	123.000,00
			TOTAL	R\$ 8.000.000,00



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 19/08/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0063376197** e o código CRC **F40ADED9**.

Referência: Caso responda este Projeto de Lei, indicar expressamente o Processo nº 0035.003947/2025-31

SEI nº 0063376197





RONDÔNIA

★
Governo do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG
Gerência de Execução Orçamentária Governamental - SEPOG-GEOG

ANÁLISE TÉCNICA

Análise Técnica nº 443/2025/SEPOG-GEOG

Porto Velho - RO, data e hora na assinatura eletrônica.

Processo: 0035.003947/2025-31

Assunto: Abertura de superávit financeiro da UG SEFIN e crédito adicional suplementar por anulação da UG PC.

Ref.: Processo SEI 0019.003923/2025-81

Senhora Secretária,

A par dos cumprimentos de costume, submetemos a Vossa Senhoria a Análise Técnica, referente ao Ofício nº 7677/2025/SEPOG-GEOG (0063138967) e a Minuta de Projeto de Lei (0063139007). Passamos a informar:

1. **DO PLEITO:**

1.1. Trata-se de solicitação de abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, e a abrir crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Polícia Civil - PC, até o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

1.2. Os recursos destinam-se para garantir a manutenção de serviços essenciais (combustível, diárias, tecnologia, serviços terceirizados, materiais de consumo etc.) e evitar a interrupção das atividades operacionais até o fim do exercício financeiro, conforme o Ofício nº 15915/2025/PC-DOF (0063106941).

1.3. Dando a sequência, passamos à análise.

2. **DA LEGISLAÇÃO:**

2.1. Inicialmente, é de suma importância ressaltar que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO), dentro da esfera de sua competência, emite sua posição em conformidade com o artigo 118, da Lei Complementar nº 965/2017.

2.2. No que tange à Gerência de Execução Orçamentária Governamental (GEOG/SEPOG), responsável pela gestão e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Estado, manifestamos de acordo com as competências prevista no art. 39 do Decreto nº 29.945, de 09 de janeiro de 2025 (0055070075), destacam-se as seguintes atribuições:



Art. 39. À Gerência de Execução Orçamentária Governamental, subordinada à Coordenação de Planejamento Governamental, compete:

- I - analisar as solicitações de abertura de créditos adicionais;
- II - elaborar minutas de projetos de leis, de decretos e portarias, afetos às alterações orçamentária;
- III - acompanhar, em nível central, a execução da despesa e a realização da receita;
- IV - emitir relatório periódico para a Coordenação de Planejamento Governamental quanto à realização da receita, em comparação com a execução da despesa das unidades orçamentárias, além de emitir alerta quando houver risco ao equilíbrio orçamentário e financeiro;
- V - acompanhar o percentual de limite de remanejamento previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente;
- VI - providenciar a alocação orçamentária das emendas parlamentares estaduais;
- VII - orientar e supervisionar as unidades orçamentárias do Estado, na execução de seus orçamentos anuais;
- VIII - realizar a liberação de quotas por grupo de programação financeira - GPF às unidades orçamentárias, de acordo com cronograma de desembolso, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, e em atenção a Programação Financeira informada pelo órgão central de finanças; e
- IX - acompanhar a execução de folha de pagamento da administração direta e indireta.

2.3. A abertura de créditos adicionais por superávit financeiro é um procedimento regulamentado pela Lei nº 4.320/64, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos públicos. O artigo 43 dessa lei dispõe que os créditos adicionais podem ser abertos quando a arrecadação de receitas ultrapassa a prevista no orçamento. em outras palavras, quando os recursos arrecadados superam o valor projetado, é possível abrir um crédito adicional para alocar esses recursos extras de maneira adequada, conforme citado abaixo:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (grifo nosso) (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (grifo nosso) (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

§ 2º Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (grifo nosso) (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

2.4. Por fim, podemos considerar ainda as orientações contidas no Manual Técnico do Orçamento, 4ª Edição 2024, disponibilizado no site da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, e Gestão (SEPOG/RO).

3. DA ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Levando em consideração as informações constantes nos autos, apresentamos as seguintes observações:

3.2. A presente proposta de abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), destina-se à unidade orçamentária 14001 - Secretaria de Estado de Finanças - Sefin, tendo como fonte de recurso o superávit financeiro, apurado no exercício de 2024. O montante será destinado à 15003 - Polícia Civil - PC, mediante a abertura de crédito adicional suplementar por meio de anulação orçamentária.

3.3. A apuração do superávit financeiro foi comprovado por meio dos seguintes documentos: Balanço Patrimonial do exercício de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado e informado na Nota Orçamentária nº 2025NO000065 (0063084506) da Sefin. No que se refere à suplementação por anulação, a PC apresenta a Nota Orçamentária nº 2025NO000002 (0063107203).

3.4. O Processo Administrativo SEI nº 0019.003923/2025-81, foi submetido à apreciação da Contabilidade Geral do Estado (COGES) e da Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN), resultando nas seguintes manifestações:

3.4.1. No que lhe compete, a SEFIN, foi emitida a Análise nº 43/2025/SEFIN-GCBT (0063213847), relativa às fontes de recursos controladas pelo Tesouro 2.501.0.00001, 2.502.0.00001 e 2.709.0.00001, na qual informam que, com base nos dados constantes nos autos até o momento, não há óbices ao prosseguimento do pleito.

3.4.2. Quanto a COGES no item 5.1, foi manifestado que não há impedimentos para a abertura do crédito suplementar, destacando-se, contudo, a importância do monitoramento da execução das despesas primárias, em consonância com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025. Além disso, foi ressaltado que o superávit financeiro indica que os recursos já se encontram disponíveis na conta contábil 8.2.3.1.0.00.00.00 – Superávit Financeiro a Abrir, opinando-se favoravelmente à aprovação da abertura do crédito suplementar., conforme registrado na Análise nº 138/2025/COGES-CAPRCG (0063276359).

3.5. Por fim, cabe destacar que o inciso I do § 1º e no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, o superávit financeiro corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurados no balanço patrimonial do exercício anterior. Isso significa que, ao final do exercício, os recursos financeiros disponíveis foram superiores às obrigações financeiras a pagar. Ademais, em conformidade com o inciso III do § 1º do mesmo artigo, também constituem fonte para abertura de crédito adicional os recursos provenientes da anulação total ou parcial de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.

3.6. Ressaltamos que a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) está acompanhando a execução orçamentária e financeira por meio dos mecanismos de controle e monitoramento orçamentário e, havendo necessidade, tomará as medidas cabíveis para que o estado, ao final do exercício, se aproxime das metas fiscais estimadas na LDO/2024.

3.7. Empreendida a análise, passamos às considerações finais.

4. DA CONCLUSÃO:

4.1. Diante da análise realizada, verifica-se que a abertura do crédito adicional suplementar pleiteado encontra respaldo no artigo 43, inciso I, §1º e §2º, da Lei nº 4.320/64, em razão da existência de superávit financeiro apurado no exercício de 2024, devidamente comprovado pelos documentos que instruem o presente processo, conforme o item 3.3. Quanto à suplementação por anulação está amparada no artigo 43, inciso III, §1º, da referida Lei, que autoriza a utilização de recursos decorrentes da anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, conforme o item 3.3.

4.2. Do ponto de vista orçamentário, tanto a utilização do superávit financeiro quanto da anulação de dotações atendem plenamente aos preceitos legais, sendo instrumentos legítimos de reforço orçamentário, sem prejuízo ao equilíbrio fiscal.



4.3. Diante do exposto, sob a ótica orçamentária, **não há óbices à abertura do crédito suplementar**, cabendo às áreas competentes a adoção dos procedimentos necessários para sua operacionalização, em estrita observância aos princípios da legalidade, responsabilidade fiscal e eficiência na gestão pública.

4.4. Assim, foi elaborada a Mensagem e a Minuta de Projeto de Lei (0063139007), que encaminhamos para análise e apreciação, a fim de serem submetidas à Casa de Leis para a devida tramitação e deliberação.

4.5. Quanto aos impactos da abertura de crédito nas metas fiscais, a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) segue monitorando a execução orçamentária e financeira por meio dos mecanismos de controle orçamentário. Caso necessário, serão adotadas as medidas cabíveis para assegurar que o Estado se aproxime das metas fiscais estabelecidas na LDO até o final do exercício.

4.6. Sendo o que temos a informar para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

4.7. É a análise que submete a Gerência de Execução Orçamentária Governamental (GEOG/SEPOG) para deliberação, conforme ordem contida no artigo 39 do Decreto nº 29.945, de 09 de janeiro de 2025.

Respeitosamente,

AURO GUEDES DE MOURA

Gerente de Execução Orçamentária Governamental da SEPOG/GEOG

Portaria nº 505 de 07 de agosto de 2025 (0063039153)

MARIA CECÍLIA SILVA SOARES

Assessora Técnica da SEPOG



Documento assinado eletronicamente por **Auro Guedes de Moura, Gerente**, em 15/08/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CECÍLIA SILVA SOARES, Assessor(a)**, em 15/08/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0063204838** e o código CRC **52AC915C**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN
Gerência de Contas Bancárias do Tesouro - SEFIN-GCBT

ANÁLISE

Análise nº 43/2025/SEFIN-GCBT

Para: **Contabilidade Geral do Estado (COGES)**

Assunto: **Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro.**

Processo SEI: 0019.003923/2025-81

Em atenção ao Ofício nº 15915/2025/PC-DOF (SEI nº 0063106941) e Ofício nº 7644/2025/SEPOG-GEOG (SEI nº 0063083409) que formaliza solicitação de abertura de crédito adicional por Superávit Financeiro, comunicamos que esta Secretaria tomou ciência do pleito.

Considerando os saldos que compuseram o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, bem como, a realização do processo de conferência da viabilidade financeira, temos a informar que:

1. **DA ANÁLISE:**

Nossa análise enfatizou a importância de garantir que a abertura de crédito adicional esteja alinhada com os princípios de responsabilidade fiscal e com os limites estabelecidos pela legislação vigente. Isso assegurará a sustentabilidade financeira e a eficácia na utilização dos recursos públicos.

Ressalta-se que a abertura de crédito adicional por superávit é uma medida que se enquadra dentro dos princípios da boa gestão pública, uma vez que permite a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em prol do interesse público, sem comprometer a saúde financeira da entidade.

Considerando a solicitação apresentada via Ofício nº 7644/2025/SEPOG-GEOG (SEI nº 0063083409), e através da Nota Orçamentária 2025NO000065 SEFIN (SEI nº 0063084506) em que a Unidade Gestora **Polícia Civil - PC**, **requer a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), distribuídos conforme tabela abaixo:**

Fonte Recurso	Descrição	Valor Solicitado
2.501.0.00001	Outros Recursos não Vinculados	966.810,09
2.502.0.00001	Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos	6.580.667,46
2.709.0.00001	Transferência da União ref à Compensação Financeira de Rec Hídricos	452.522,45

Tendo em vista que os recursos terão como origem o crédito adicional suplementar por superávit financeiro, proveniente da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, que irá atender a respectiva unidade, informamos que procedeu-se à análise da disponibilidade financeira por meio das contas de controle de superávit e da conta contábil 7.2.1.9.2.00.00.00 - Disponibilidade por Fonte de Recursos - Controle por Domicílio Bancário, avaliando lançamentos e demais documentos comprobatórios apresentados no processo e informações do SIGEF.

2. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NA FONTE RECURSO**

Partindo do valor do superávit financeiro que a Secretaria de Finanças apurou em seu Balanço Patrimonial, foram efetuados os registros, conforme Nota Técnica 001/2024/ COGES/GAB, a parcela de valores livres em 8.2.3.5.0.00.00.00 = Superávit Financeiro Disponível (coluna D) e das deduções determinadas pela COGES em 8.2.3.6.0.00.00.00 = Superávit Financeiro Comprometido (coluna C), e também foram feitas as deduções referente à recursos de Cauções (coluna E), e outros processos de superávit que já tramitaram por esta Gerência (coluna G).

No caso da Unidade Gestora 140099 - Secretaria de Estado de Finanças, para a **Fonte de Recursos 2.501.0.00001**, a disponibilidade para abertura de novos créditos está demonstrada no quadro a seguir:

Fonte de Recursos	Superávit BP	Ded. COGES	Superávit Reg.	Outras Ded.	Superávit à Abrir	Superávit Aber.	Superávit Disp.
A	B	C	D = B - C	E	F = D - E	G	H = F - G
1.501.0.00001	45.479.178,23	17.246,08	45.461.932,15	-	45.461.932,15	43.693.357,09	1.768.575,06
2.501.0.00001	128.258,31	-	128.258,31	-	128.258,31	-	128.258,31
TOTAL	45.607.436,54	17.246,08	45.590.190,46	-	45.590.190,46	43.693.357,09	1.896.833,37

Para esta fonte, o superávit disponível totaliza **R\$ 1.896.833,37 (um milhão, oitocentos e noventa e seis mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos)**, valor suficiente para atendimento da parcela do pleito vinculada a este recurso.

De igual forma, para a **Fonte de Recursos 2.502.0.00001**, tem-se a seguinte posição:

Fonte de Recursos	Superávit BP	Ded. COGES	Superávit Reg.	Outras Ded.	Superávit à Abrir	Supervávit Aber.	Superávit Disp.
A	B	C	D = B - C	E	F = D - E	G	H = F - G
2.502.0.00001	6.580.667,46	-	6.580.667,46	-	6.580.667,46	-	6.580.667,46
TOTAL	6.580.667,46	-	6.580.667,46	-	6.580.667,46	-	6.580.667,46

Nesta fonte, o superávit disponível é de **R\$ 6.580.667,46** (seis milhões, quinhentos e oitenta mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), igualmente suficiente para a cobertura da parte do pleito correspondente.

Por fim, apresentamos a tabela relacionada à **Fonte 2.709.0.00001**:

Fonte de Recursos	Superávit BP	Ded. COGES	Superávit Reg.	Outras Ded.	Superávit à Abrir	Supervávit Aber.	Superávit Disp.
A	B	C	D = B - C	E	F = D - E	G	H = F - G
1.709.0.00001	3.385.941,32	-	3.385.941,32	-	3.385.941,32	4.897.511,72	- 1.511.570,40
2.709.0.00001	1.964.092,85	-	1.964.092,85	-	1.964.092,85	-	1.964.092,85
TOTAL	5.350.034,17	-	5.350.034,17	-	5.350.034,17	4.897.511,72	452.522,45

O valor apresentado de **R\$ 452.522,45** (quatrocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), atende perfeitamente o montante solicitado.

É importante mencionar que no quadro acima, na coluna A consta fonte de recurso com identificador do exercício "1", pois nas contas contábeis consultadas (8.2.3.5.0.00.00.00, 8.2.3.6.0.00.00.00 e 8.2.3.7.0.00.00.00) para elaboração dos dados não existe a reclassificação desse identificador, como ocorre na conta de disponibilidade mencionada a seguir, entretanto trata-se de recursos de exercícios anteriores.

Além disso, conforme os Relatórios de Informações Financeiras na posição de 13/08/2025 (0063226215, 0063226475 e 0063226855), **verifica-se uma disponibilidade de recursos financeiros na fonte de recursos 2.501, no montante de R\$ 34.030.720,50, na fonte 2.502 no valor de R\$ 7.165.111,86 e na fonte 2.709 no montante de R\$ 5.350.034,17**, referente à Unidade Gestora 140099-00001. Nesse caso, cabe destacar que nesse valor já estão consideradas todas as reclassificações no identificador do exercício realizadas na conta 7.2.1.9.2.00.00.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos – Controle por Domicílio Bancário.

3. CONCLUSÃO

Informamos que, com base exclusivamente nos dados constantes nos autos até o momento, **não se verifica óbice ao prosseguimento do pleito**, o qual será encaminhado à Contabilidade Geral do Estado – COGES e à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, para continuidade dos procedimentos.

Além disso, com base no exposto, podemos entender que **existe superávit descomprometido para abertura de crédito suplementar, e a disponibilidade financeira para atendimento do pleito encontra-se reclassificada para a fonte de recursos 2.501.0.00001, 2.502.0.00001 e 2.709.0.00001**, na conta 7.2.1.9.2.00.00.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos – Controle por Domicílio Bancário.

Dito isto, encaminha-se os presentes autos com a validação das informações para prosseguimento do pleito em favor da requerente.

Atenciosamente,



RAFAEL VICTOR ALVES CAVALCANTE

ATRE | Chefe de Núcleo - SEFIN/GCBT

ANDRÉ SALES MENDES

Gerente de Contas Bancárias do Tesouro - SEFIN/GCBT



Documento assinado eletronicamente por **André Sales Mendes, Gerente**, em 13/08/2025, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Victor Alves Cavalcante, Chefe de Unidade**, em 13/08/2025, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://portal.do.SEI), informando o código verificador **0063213847** e o código CRC **46FF1EEF**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Contabilidade Geral do Estado - COGES

Contadoria Central de Acompanhamento de Prevenção e Riscos das Contas de Governo - COGES-CAPRCG

ANÁLISE

Análise nº 138/2025/COGES-CAPRCG

ANÁLISE TÉCNICA

Para: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Assunto: **Abertura do orçamento por Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN**

Em atenção à solicitação constante no Ofício nº 7644/2025/SEPOG-GEOG (0063083409) e à informação constante no Ofício nº 15915/2025/PC-DOF ID (0063106941), que versam sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – **SEFIN** para posterior suplementação em favor da unidade orçamentária **Polícia Civil - 15003**, no valor de **R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)**, servimo-nos do presente para nos manifestar:

1. BREVE SÍNTESE DOS AUTOS

1.1. Trata-se do processo de solicitação de abertura de crédito adicional, tendo como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial ao final do exercício de 2024, conforme Ofício nº 15915/2025/PC-DOF ID (0063106941):

Diante do exposto, solicita-se suplementação orçamentária no montante de **R\$ 8.000.000,00** (oito milhões de reais), distribuídos entre as classificações orçamentárias pertinentes conforme Nota Orçamentária 2025NO000002 (0063107203), de modo a garantir a cobertura das despesas ordinárias até o encerramento do exercício financeiro corrente..

1.2. Em complemento, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão -SEPOG, informa no Ofício nº 7644/2025/SEPOG-GEOG ID (0063083409) que os recursos terão como origem o superávit financeiro apurado nas fontes de recurso **2.500.0.00001, 2.502.0.00001 e 2.709.0.00001**.

Trata-se da solicitação apresentada por meio do Ofício nº 15915/2025/PC-DOF (0063106941), da Polícia Civil - PC, que requer a abertura de crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

O montante em questão tem origem nas fontes de recursos abaixo, com os respectivos valores, provenientes da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, para o exercício de 2025, conforme as Notas Orçamentárias nº 2025NO0000065 (0063084506) e nº 2025NO000002 (0063107203), da PC:

2.709.0.00001 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos, no valor de R\$ 452.522,45 (quatrocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos);

2.502.0.00001 - Recursos não vinculados da compensação, no valor de R\$ 6.580.667,46 (seis milhões, quinhentos e oitenta mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos); e,

2.501.0.00001 - Outros Recursos não Vinculados, no valor de R\$ 966.810,09 (novecentos e sessenta e seis mil oitocentos e dez reais e nove centavos).

O recurso solicitado será destinado para garantir a manutenção de serviços essenciais (combustível, diárias, tecnologia, serviços terceirizados, materiais de consumo etc.) e evitar a interrupção das atividades operacionais até o fim do exercício financeiro.

Diante disso, encaminhamos o presente expediente para análise e manifestação quanto à existência de superávit financeiro disponível e suficiente para atendimento da demanda, bem como à adequação contábil e financeira, considerando o controle do domicílio bancário, ao lançamento nas fontes de recurso correspondentes ao superávit financeiro, bem como ao registro contábil nas contas: **7.2.1.9.2.00.00.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos – Controle por Domicílio Bancário** e **8.2.3.1.0.00.00.00 – Superávit Financeiro a Abrir**, conforme documentação constante dos autos.

2. **DA COMPETÊNCIA DA CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO NO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

2.1. Cumpre destacar que esta Contabilidade Geral do Estado, órgão central do Sistema de Contabilidade, tem por finalidade a definição, a disciplina e o exercício da supervisão técnica e a orientação normativa dos processos pertinentes à contabilidade governamental relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e Fundos Estaduais, com vistas a elaborar as Demonstrações Contábeis, a Prestação Geral de Contas do Estado e informações gerenciais conforme o Decreto n.º 27.158, de 12 de maio de 2022, que dispõe sobre o Estatuto da Contabilidade Geral do Estado - COGES, nos termos da Lei Complementar n.º 1.109, de 12 de novembro de 2021.

2.2. Dessa forma, visando o controle efetivo dos saldos financeiros do Estado, a Contabilidade Geral do Estado publicou a Nota Técnica de Procedimento Contábil n.º 001/2024/COGES/GAB, a qual apresenta os procedimentos contábeis relacionados à apuração, à conciliação e à análise do Superávit Financeiro por domicílio bancário e por unidade gestora, sendo aplicável a todas as Unidades Gestoras no âmbito do Estado.

2.3. Ademais, foi encaminhado às Unidades Gestoras o Ofício n.º 2213/2024/COGES-CAPRCG, contendo o Fluxo de Abertura de Crédito por Superávit Financeiro, bem como o Ofício n.º 1267/2025/COGES-CAPRCG (0057982987), reiterando a importância do cumprimento desse fluxo.

3. **DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS FISCAIS**

3.1. A solicitação de crédito adicional implica na alteração dos valores inicialmente previstos nas fontes de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2025.

3.2. Importante ressaltar que, conforme a metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 14ª Edição, o valor a ser suplementado resultará no aumento da despesa primária, impactando na apuração do resultado primário no momento do seu pagamento, seja na forma de empenho (despesa do ano) ou restos a pagar.

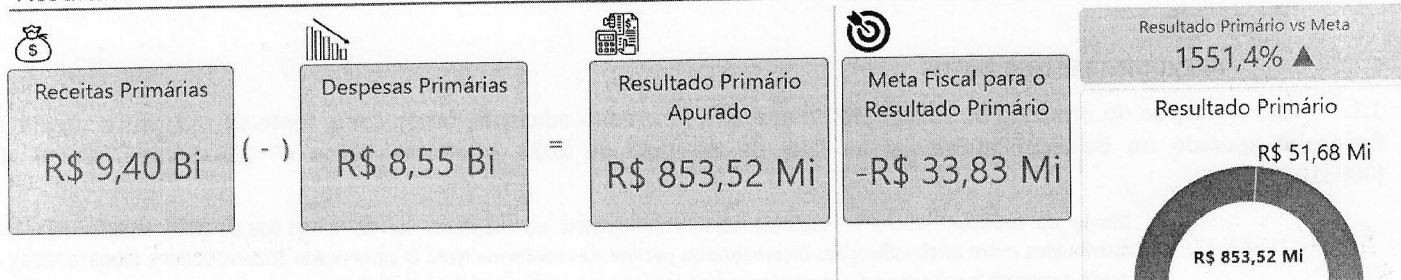
3.3. Neste sentido, observado que a LDO estabeleceu a Meta Fiscal para o Resultado Primário em - R\$ 33.825.619,00 (trinta e três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil seiscentos e dezenove reais) informa-se que o Resultado Primário apurado até a data de 14/08/2025 encontra-se em R\$ 853.521.508,92 (oitocentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e vinte e um mil quinhentos e oito reais e noventa e dois centavos) .

Figura 01 - Resultado Primário e Nominal

Fonte: SIGEF/RO

Atualizado em 14/08/2025 11:32:16

Resultado Primário



Resultado Nominal

Fonte: DashBord, construído por meio da ferramenta PowerBi utilizando informações do NetDiver.

3.4. À luz do cenário apresentado na Figura 01, considera-se apropriada a continuidade da abertura de Crédito Adicional por Superávit Financeiro, respeitando a execução das despesas primárias, consoante as metas estipuladas na LDO de 2025.

4. **DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS FINANCEIROS**

4.1. A Lei n.º 4.320/1964, estabelece que o Superávit Financeiro do exercício anterior pode ser utilizado para a abertura de créditos adicionais, desde que comprovada a disponibilidade financeira.

4.2. Examinando o Balanço Patrimonial, conforme o Anexo 14 da Lei Federal n.º 4.320/1964, verifica-se que o valor solicitado está apurado na Unidade Gestora, conforme figura 02.

Figura 02 - Quadro do Supéravit/Déficit Financeiro (Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei Federal n.º 4.320/1964)



ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - COORDENADORIA DO TESOURO ESTADUAL - COTES
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023



QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSO		31/12/2024	31/12/2023
500	Recursos não Vinculados de Impostos.		
501	Outros Recursos não Vinculados	109.358.848,15	124.710.940,08
502	Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos	51.480.736,90	30.051.780,81
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	6.580.667,46	65.250.269,83
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	432.155,07	-
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	74.715,45	6.329,17
707	Transferências da União e inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	-	30.662.196,34
708	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	60.000,00	60.000,00
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	2.894.782,05	7.634.973,90
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	5.350.034,17	1.964.092,85
720	Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/19	9.882.237,56	48.431.309,16
753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	42.084.336,16	-
754	Recursos de Operações de Crédito	1.139.346,92	693.378,76
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	3.953.208,23	3.750.631,73
759	Recursos Vinculados a Fundos	536.803,87	437.268,87
761	Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	74.527.689,00	61.319.752,95
799	Outras Vinculações Legais	1.731,18	1.731,18
803	Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	12.327,67	12.327,67
869	Outros Recursos Extraorçamentários	866.441,35	866.441,35
899	Outros Recursos Vinculados	128.033,80	-
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		2.093.770,71	2.961.471,49
		311.457.865,70	378.814.896,14

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Fonte: SIGEF/RO

4.3. Quanto a análise da disponibilidade financeira efetiva consignada em conta bancária, atestamos que após consulta no SIGEF, há saldo contábil apresentado na conta contábil 7.2.1.9.2.00.00.00 - Disponibilidade por fonte de recursos - controle por domicílio bancário, atestada na Análise nº 40/2025/SEFIN-GCBT (ID 0062905975) ratificada com o Ofício nº 7110/2025/SEFIN-GCBT (ID 0062905986). Desse modo a Contabilidade Geral procedeu ao registro contábil na conta 8.2.3.1.0.00.00.00 - Superávit Financeiro a Abrir, conforme figura 03.

Figura 03 - Transação Detalhar Conta - 8.2.3.1.00.00.00

Detalhar Conta			
* Unidade Gestora / Gestão	140001 00001 ?	☐ Incluir Saldos Zerados	Confirmar
* Conta Contábil	8.2.3.1.0.00.00.00 ?	Mês Referência Agosto	
Conta Corrente	? a ?		
Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
2.500.0.00001	1.010.834,17	10.200.000,00	23.231.577,14 C
2.501.0.00001	2.450.000,00	966.810,09	1.070.481,18 C
2.502.0.00001	0,00	6.580.667,46	6.580.667,46 C
2.709.0.00001	0,00	5.350.064,17	5.350.064,17 C
2.711.0.00001	0,00	9.882.237,56	9.882.237,56 C
2.899.0.08146	0,00	0,00	600.000,00 C
Totais	3.460.834,17	32.979.779,28	46.715.027,51 C

Figura 03.1 - Transação Detalhar Conta - 8.2.3.1.00.00.00



Detalhar Nota Lançamento

Número	2025NL006428	Data Lançamento	14/08/2025			
Data Referência	14/08/2025	Despesa Certificada				
Unidade Gestora	140001 Secretaria de Estado de Finanças					
Gestão	00001 Tesouro					
Favorecido						
Documento Original	2025NL006428	Nota Empenho Original				
Motivo Cancelamento						
Observação	Lançamento do Superávit Financeiro a abrir, conforme solicitação através do Ofício nº 7644/2025/SEPOG-GEOG (0063083409) e à informação constante no Ofício nº 15915/2025/PC-DOF ID (0063106941)- anexo ao processo SEI 0019.003923/2025-81.					
Tipo Ato		Número Ato				
		Data D.O.E.				
Lançamentos	Nº	Evento	Inscrição	Classificação	Fonte Recurso	Valor
	1	570032			2.501.0.00001	966.810,09
	2	570032			2.502.0.00001	6.580.667,46
	3	570032			2.709.0.00001	452.552,45
Transação Origem	0494 Nota Lançamento Gestor					
Usuário	Lançado em 14/08/2025 às 11:44:09 por Josilane Gonçalves Serra Guzo					

Fonte: SIGEF/RO

4.4. Alerta-se que que esta Contabilidade Geral notou a utilização predominante do detalhamento 5000001 - Complemento Geral, ainda que o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial tenha se originado em diversos outros detalhamentos da Fonte 500. Tal prática resulta na compensação entre subfontes, podendo ocasionar a abertura de créditos em detalhamentos cujos saldos individualizados já se encontram superiores ao apurado contabilmente, ainda que a análise agregada da fonte (visão SOF) demonstre disponibilidade.

4.5. Diante desse cenário, recomenda-se que, previamente à abertura de créditos, seja realizada conferência por fonte completa, de modo que o crédito seja aberto no mesmo detalhamento em que se originou o superávit, observando-se que essas codificações têm como objetivo complementar a classificação da receita e da despesa e possibilitar maior rastreabilidade e transparência na execução orçamentária. A fonte, nesse contexto, é instrumento de gestão da receita e da despesa ao mesmo tempo, pois tem como objetivo assegurar que determinadas receitas sejam direcionadas para financiar atividades (despesas) governamentais em conformidade com sua fonte de financiamento.

5. DA CONCLUSÃO

5.1. As considerações apresentadas no item 3 não representam impedimento para a suplementação solicitada no Ofício nº 7644/2025/SEPOG-GEOG (0063083409) e à informação constante no Ofício nº 15915/2025/PC-DOF ID (0063106941), mas reforçam a necessidade de monitoramento da execução das despesas primárias, consoante as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.

5.2. O pedido fundamentado no superávit indica que os recursos já se encontram disponíveis em conta, conforme evidenciado no item 4 que trata dos aspectos financeiros.

5.3. Diante do exposto, opinamos favoravelmente pela aprovação da abertura do crédito suplementar com base no Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, recomendando-se atenção ao correto detalhamento da fonte para fins de rastreabilidade contábil e transparência.

5.4. Sendo o que cabia manifestar no momento.

Atenciosamente,

JOSILANE GONÇALVESW SERRA GUZO

Assessora

Central de Acompanhamento de Prevenção e Riscos das Contas de Governo

SÂMIA PRISCILA SOARES DE SOUZA

Analista Contábil COGES

Central de Acompanhamento de Prevenção e Riscos das Contas de Governo

SUZE LANE DE ASSUNÇÃO

Analista Contábil COGES

Diretora Central de Contabilidade em substituição

Mestra em Contabilidade Pública e Administração (FUCAPE/ES)

LUANA LUIZA G. DE ABREU HEY

Contadora Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Luana Luiza Goncalves de Abreu Hey, Contador(a) Geral Adjunto**, em 14/08/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Suze Lane de Assunção, Analista Contábil**, em 14/08/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Sâmia Priscila Soares de Souza, Analista Contábil**, em 15/08/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0063276359** e o código CRC **FFE44DCB**.





RONDÔNIA

Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polícia Civil - PC

Divisão Orçamentária e Financeira - PC-DOF

Ofício nº 15915/2025/PC-DOF

À Sua Excelência

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado

Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

NESTA

Assunto: **Suplementação Orçamentária - Polícia Civil**

Senhora Secretária,

A Polícia Civil do Estado de Rondônia, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, tem registrado, no presente exercício, elevado comprometimento de sua dotação orçamentária em razão da manutenção de serviços essenciais e contínuos à atividade policial, indispensáveis à preservação da ordem pública e à segurança da sociedade.

Atualmente, as dotações destinadas ao custeio das **despesas ordinárias** encontram-se em estágio crítico, sendo urgente a recomposição orçamentária para evitar a interrupção de atividades estratégicas. A presente solicitação abrange:

- Aquisição de **combustíveis e lubrificantes** para a frota de viaturas operacionais e administrativas;
- **Diárias** para deslocamentos em missões policiais e diligências investigativas;
- **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)** necessários à manutenção de sistemas corporativos, segurança de dados e suporte técnico;
- **Serviços de terceiros** (pessoa física e pessoa jurídica), incluindo vigilância, limpeza, manutenção predial, apoio administrativo e operacional;
- **Aquisição de materiais de consumo**, como insumos de escritório, expediente, manutenção de equipamentos e apoio logístico.

As despesas acima relacionadas representam a base de sustentação da operacionalidade da Polícia Civil. Entretanto, as projeções de execução apontam para o **esgotamento dos recursos**



disponíveis nas rubricas informadas, o que inviabilizará a continuidade regular da atividade da Instituição.

Diante do exposto, solicita-se suplementação orçamentária no montante de **R\$ 8.000.000,00** (oito milhões de reais), distribuídos entre as classificações orçamentárias pertinentes conforme Nota Orçamentária 2025NO000002 (0063107203), de modo a garantir a cobertura das despesas ordinárias até o encerramento do exercício financeiro corrente.

Nestes termos, solicitamos a especial atenção dessa Secretaria para análise e deferimento da presente demanda.

Respeitosamente,



Jeremias Mendes de Souza

Delegado-Geral

Ronilton Alves de Lima

Diretor de Orçamento e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 11/08/2025, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0063106941** e o código CRC **726B88AE**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0019.003923/2025-81

SEI nº 0063106941



Ano Base: 2025

Data Referência 10/08/2025
Unidade Orçamentária 15003 Polícia Civil
Tipo Alteração Suplementação
Responsável Liberação 719.826.392-53 Ronilton Alves De Lima
Tipo Ato Legal
Justificativa Suplementação Orçamentária para atender a PCRO - Ofício 15915 (0063106941)
Cancelamento
Situação Registro Ativo - Liberada

Número 2025NO000002

Processo 0019.003923/2025-81

Data Liberação 10/08/2025



Lançamentos

Tipo	Subação	Fonte Recurso	Natureza	Valor
A	226902	2.5.02.000001	33.90.14	450.000,00
A	208726	2.5.02.000001	33.90.30	2.172.000,00
A	208726	2.5.02.000001	33.90.33	49.000,00
A	410305	2.5.02.000001	33.90.36	35.000,00
A	208726	2.5.02.000001	33.90.36	400.000,00
A	208726	2.5.01.000001	33.90.37	966.810,09
A	208726	2.7.09.000001	33.90.37	452.522,45
A	208726	2.5.02.000001	33.90.37	100.668,00
A	410305	2.5.02.000001	33.90.39	20.000,00
A	208726	2.5.02.000001	33.90.39	2.770.000,00
A	226902	2.5.02.000001	33.90.40	123.000,00
A	208726	2.5.02.000001	33.90.40	135.000,00
A	208726	2.5.02.000001	33.90.92	305.999,46
A	208726	2.5.02.000001	33.91.47	20.000,00
Total				8.000.000,00

Fonte Recurso

Tipo	Fonte Recurso	Valor
A	2.5.01.000001 Outros Recursos não Vinculados Superávit	966.810,09
A	2.5.02.000001 Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos. (Superávit)	6.580.667,46
A	2.7.09.000001 Transferência da União ref à Compensação Financeira de Rec Hídricos	452.522,45

Natureza

Tipo	Natureza	Valor
A	33.90.14 Diárias - Civil	450.000,00
A	33.90.30 Material de Consumo	2.172.000,00
A	33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção	49.000,00
A	33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	435.000,00
A	33.90.37 Locação de Mão-de-Obra	1.520.000,54
A	33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	2.790.000,00
A	33.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	258.000,00
A	33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores	305.999,46
A	33.91.47 Obrigações Tributárias e Contributivas	20.000,00



Tipo Alteração Suplementação
Responsável Liberação 719.826.392-53 Ronilton Alves De Lima
Tipo Ato Legal
Cancelamento

Processo 0019.003923/2025-81
Data Liberação 10/08/2025

Subação

208726 ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE
226902 ASSEGURAR A MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA UNIDADE
410305 MANTER A MÃO DE OBRA REEDUCANDA

Histórico

Data	Responsável	Situação
10/08/2025 20	Ronilton Alves De Lima	Liberada



Ano Base: 2025

Data Referência 11/08/2025
Unidade Orçamentária 14001 Secretaria de Estado de Finanças
Tipo Alteração Suplementação
Responsável Liberação 944.195.902-20 Maria Cecília Silva Soares
Tipo Ato Legal
Justificativa Crédito suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade SEFIN, para posterior suplementação na unidade PC, conforme o Ofício 15915 (0063106941).
Cancelamento
Situação Registro Ativo - Liberada

Número 2025NO000065**Processo** 0019.003923/2025-81**Data Liberação** 11/08/2025

Lançamentos

Tipo	Subação	Fonte Recurso	Natureza	Valor
A	208732	2.5.01.000001	33.90.39	966.810,09
A	208732	2.5.02.000001	33.90.39	6.580.667,46
A	208732	2.7.09.000001	33.90.39	452.522,45
Total				8.000.000,00

Fonte Recurso

Tipo	Fonte Recurso	Valor
A	2.5.01.000001 Outros Recursos não Vinculados Superávit	966.810,09
A	2.5.02.000001 Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos. (Superávit)	6.580.667,46
A	2.7.09.000001 Transferência da União ref à Compensação Financeira de Rec Hídricos	452.522,45

Natureza

Tipo	Natureza	Valor
A	33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	8.000.000,00

Subação

Subação

208732 ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE

Histórico

Data	Responsável	Situação
11/08/2025 09	Maria Cecília Silva Soares	Liberada



Ano Base: 2025

Unidade Gestora 140099 Coordenadoria do Tesouro Estadual - COTES

Gestão 00001 Tesouro

Poder

Data Referência 13/08/2025

Agrupamento UG Gestão / Fonte Recurso / Domicílio Bancário

Apresentar UG Administrativa Não

Fonte Recurso
Apresentar Valores Zerados

2.5.01.000001 Outros Recursos não Vinculados Superávit
Não

Contas - Resumo

	Valor	Valor Aplicado	Valor Total
TOTAL	1.836.073.943,18	0,00	1.836.073.943,18
TOTAL CTU	1.493.768.667,62	0,00	1.493.768.667,62
TOTAL Outras Contas	342.305.275,56	0,00	342.305.275,56



[illegible]